

Ainda não decididas demissões em massa

BRASÍLIA — O governo ainda não decidiu se vai ou não demitir em massa funcionários do setor público em decorrência dos novos cortes que serão realizados no orçamento de 1989, afirmou isto, ontem, com convicção, o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento. Com isso, ele rebateu as afirmações do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e do porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, de que o governo trabalhava remotamente com a hipótese das demissões.

Para Abreu, a decisão ainda está sendo analisada pelo presidente e poderá ser melhor avaliada na reunião ministerial programada para amanhã. "É um pouco açodado se concluir alguma coisa. Ao que eu sei, não há ainda nenhuma definição do presidente Sarney neste sentido. Nós temos, em primeiro lugar, que definir os cortes e somente após isto, então, vão aparecer órgãos que não mais terão programas para administrar", afirmou.

O ministro disse que ontem manteve com o presidente Sarney demoradas reuniões para discutir os cortes do orçamento de 1989.

Abreu também ressaltou que não está encontrando "nenhuma reação negativa concreta" aos cortes orçamentários, apesar das notícias divulgadas neste sentido. As resistências que estariam surgindo por parte dos ministros Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, foram desmentidas por eles. "Acataremos todos os cortes", garantiu Magalhães, enquanto Prisco Viana dizia que o orçamento "terá de ser cumprido".

EXPLICAÇÃO

Também ontem, o deputado Lúcio Alcântara, presidente do PFL do Ceará, requereu às comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado que convoquem o ministro do Planejamento para explicar a Operação Desmonte.